

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO PRECARIADO E O PARADIGMA DA DIGNIDADE PROVISÓRIA¹

Caio Vinicius de Castro Gerbelli²

Resumo

Este artigo propõe estudar os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos através dos dados dos inscritos e inscritas no Encceja. Parte-se do conceito de precariado, para compreender e ampliar a realidade da classe trabalhadora em tempos de capitalismo flexível, de precarização acentuada e retirada de direitos em todos os aspectos da vida cotidiana dos educandos e educandas da EJA. Estes, ao procurarem o exame para certificação de escolaridade, buscam uma determinada dignidade que se torna cada vez mais provisória, intermitente e inatingível.

Palavra-chave: Educação de Jovens e Adultos; Precariado; Dignidade; Trabalho

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS DESDE EL PRECARIADO Y EL PARADIGMA DE LA DIGNIDAD PROVISIONAL

Resumen

Este artículo propone estudiar las personas de la Educación de Jóvenes y Adultos por medio de los datos de matriculadas y matriculados en Encceja. Se parte del concepto de *precariado*, para comprender y ampliar la realidad de la clase trabajadora en tiempos de acumulación flexible, de precariedad acentuada y retiro de derechos en todos los aspectos de la vida cotidiana de los estudiantes de EJA. Estos, al buscar el examen de certificación escolar, están buscando una cierta dignidad que se vuelve cada vez más temporal, intermitente e inalcanzable.

Palabra clave: Educación de Jóvenes y Adultos; *Precariado*; Dignidad; Trabajo

THE EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS FROM THE PRECARIAT AND THE PARADIGM OF PROVISIONAL DIGNITY

Abstract

This paper proposes to study the data from those who enrolled in Encceja so as to understand the subjects from the Youth and Adults Education. It starts from the concept of the precariat, towards comprehending and expanding the reality of the working class in times of flexible accumulation, the accentuated precariousness and the withdrawal of rights in all aspects of the YAE students' daily life. When looking for the exam for schooling certification, these individuals seek a certain dignity that becomes increasingly temporary, intermittent and unattainable.

Keyword: Youth and Adults Education; Precariat; Dignity; Work

¹ Artigo recebido em 14/07/2021. Primeira avaliação em 11/08/2021. Segunda avaliação em 02/09/2021. Aprovado em 18/09/2021. Publicado em 11/11/2021.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50844>.

² Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil. Professor de História na Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de Santo André – São Paulo.

E-mail: caiocastroger@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5878-7772>;

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2594429868500381>.

Introdução

No dia 17 de março de 2020, tivemos a primeira morte no Brasil resultante da pandemia do Coronavírus – COVID-19. Cleonice Gonçalves, mulher negra, trabalhadora doméstica e periférica, contraiu o vírus no seu local de trabalho no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. Continuou o exercício de sua profissão e, convalescente, foi encaminhada pelos patrões para a sua cidade de origem, Miguel Pereira, cuja distância de 120 quilômetros fora percorrida de táxi e, por fim, direcionada ao hospital municipal um dia antes do seu falecimento (COSTA, 2020).

A pandemia da Covid-19 atingiu em cheio a classe trabalhadora, descortinando a realidade concreta, desigual e injusta, vivida por uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras que não puderam e nem tiveram condições materiais de se proteger no primeiro período de alta da doença, no qual governantes ainda promoviam o isolamento social.

São diversos sujeitos que continuaram a enfrentar o transporte coletivo precário e sucateado, são pessoas que permaneceram realizando as atividades escolares de forma emergencial e remota que, por sua vez, se chocaram com a disputa de tempo entre o trabalho e a escola. O tempo dispendido para a realização dos estudos que havia antes da pandemia, em consequência do isolamento social, foi ainda mais degradado pelo cotidiano, um adversário poderoso, já que os educandos e educandas sendo da classe trabalhadora, possuem cada vez menos condições de tempo para a efetivação de uma vida fora do trabalho. Tal situação se agrava para as mulheres, pois a estrutura patriarcal, classista e racista da sociedade brasileira impõe uma série de condicionantes que dificultam e, muitas vezes, atravancam quaisquer possibilidades de emancipação.

Embora não se saiba a escolaridade de Cleonice (seu nome não é utilizado em vão, mas sim como uma forma de honrar sua história como mulher negra trabalhadora) é possível apontar um estreitamento da relação entre as condições de exploração dos trabalhadores, sob a perspectiva de gênero, raça e classe, com a sub-escolarização latente na sociedade brasileira.

Para compreender a configuração dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, foram utilizados os dados provenientes das matrículas, efetuadas nas

unidades formais de educação, com os recortes de gênero e raça, a fim de constituir um panorama estatístico de quem são essas pessoas. Já para construir um contexto que ampliasse o espectro dos mundos do trabalho e que nos auxiliasse a entender a realidade destes sujeitos, foram coletadas as informações contidas nas Sinopses Estatísticas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)³ entre os anos de 2017 e 2019,⁴ que são reunidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Sujeitos da educação de jovens e adultos

O caso de Cleonice é um dentre muitos e é também sintomático de uma condição histórica da classe-que-vive-do-trabalho. Pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da perspectiva do trabalho é princípio elementar para compreendermos a realidade da classe que se faz agente dentro das experiências educacionais (THOMPSON, 2002). Procurando entender as metamorfoses do trabalho e o processo de degradação da vida material, Antunes compreende a classe como uma fisionomia mais abrangente de formas e sujeitos que compõem a classe trabalhadora. Nas condições atuais da exploração do capital, constituir uma “noção ampliada de classe trabalhadora” possibilita “dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha” (ANTUNES, 2009, p.101). Essa ampliação conceitual nos possibilita compreender melhor quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos da classe trabalhadora.

Nas palavras do autor:

Uma noção ampliada de classe-que-vive-do-trabalho inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, subproletariado moderno, *part time*, o novo

³ Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), criado em 2002, é um exame gratuito que proporciona aos examinados a certificação da escolaridade do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Para um diagnóstico crítico e fundamental, ver: VENTURA, Jaqueline; OLIVEIRA, Francisco G. R. A travessia ‘do EJA’ ao Encceja: Será o mercado da educação não formal o novo rumo da EJA no Brasil? **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 03, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/9427>. Acesso em 01 de março de 2021.

⁴ Para esta pesquisa não foram utilizados os dados provenientes dos inscritos e inscritas que efetuaram o exame no exterior e nem das Pessoas Privadas de Liberdade – PPL.

proletariado dos McDonald's, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal" que muitas vezes são indiretamente subordinadas ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2009, p.103-104).

"Desde que a EJA é EJA", como afirma Arroyo (2011, p. 29), a classe trabalhadora ocupa os bancos das escolas e as mesas de seus refeitórios. Jovens, adultas e idosas trabalhadoras buscam na educação diversas formas de existir e resistir ao processo contínuo de exploração do capital e da intensificação da degradação da vida.

Ao cruzarmos algumas informações acerca do trabalho no Brasil com os dados da sub-escolarização da população brasileira, construímos um retrato preocupante das condições reais dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Contínua/IBGE nos possibilitam mensurar as condições de trabalho de uma vastidão de trabalhadores e trabalhadoras. Atualmente temos, aproximadamente, 14,4 milhões de pessoas desempregadas, 6 milhões de pessoas desalentadas e uma taxa de informalidade permeando 39,6% da população ocupada, ou seja, 31 milhões de sujeitos. Os trabalhadores por conta própria são 23,7 milhões, já os sem carteira assinada são 9,8 milhões e, por fim, os com carteira assinada permeiam 29,1 milhões de pessoas que também compõem esse universo diverso dos mundos do trabalho no Brasil (DIEESE, 2021).

Esses números nos ajudam a compreender um aspecto da realidade da classe trabalhadora, resultante de um longo e contínuo processo de desmonte da legislação social e protetiva do trabalho, impulsionada pelas políticas neoliberais adotadas a partir dos anos 90 no Brasil. Todavia, como é sabido, as políticas de destruição empreendidas nos últimos anos impactaram fortemente a classe-que-vive-do-trabalho. As "reformas" impostas, como a Lei das Terceirizações (Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) prepararam um terreno propício para devastação do trabalho no Brasil, resultando na consolidação da:

Terceirização nos mais diversos setores: informalidade crescente; flexibilidade ampla (que arrebenta as jornadas de trabalho, as férias,

os salários); precarização, subemprego, desemprego estrutural, assédios, acidentes, mortes e suicídios. [...]Exemplos se sucedem em todos os espaços, como nos serviços commoditizados ou mercadorizados (ANTUNES, 2020, p. 288).

O cenário apontado acima está imbricado com a imensidão da população de 15 anos ou mais que se encontra fora da escola. Os dados coletados por Ventura e Oliveira (2020), a partir do Laboratório de Dados Educacionais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mostram que, em 2015, aproximadamente, 79 milhões de trabalhadores e trabalhadoras encontravam-se no espectro da sub-escolarização, acompanhado de um processo acentuado de diminuição de matrículas nos espaços formais de educação.

Uma dimensão importante que nos ajuda a refletir sobre os sujeitos da EJA é a presença negra nas unidades escolares formais. O recorte de cor e raça nos auxilia a compreender a diversidade da EJA, ao mesmo tempo que nos aponta o longo processo de segregação que o racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2020) teceu, ao dificultar ou negar o acesso à educação da população negra no Brasil. A população negra teve seu direito repetidamente negado ao acesso à educação e, na atualidade, é a população negra que sofre com o processo de sucateamento da educação pública, resultando na exclusão de sua juventude das escolas. Essa perspectiva conjuntural impacta diretamente na EJA, pois, como aponta Gomes (2011, p.90), “pensar a realidade da EJA, hoje, é pensar a realidade de jovens e adultos, na sua maioria negros, que vivem processos de exclusão social e racial”.

Os impactos pandêmicos aprofundaram o abismo socioeconômico da população negra trabalhadora. Um estudo do DIEESE, a partir dos dados divulgados da PNAD – Contínua, mostrou que os trabalhadores negros e as trabalhadoras negras foram os que mais sofreram as consequências da pandemia do coronavírus. De acordo com a análise temos que, dos:

8 milhões de pessoas que perderam o emprego entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 6,3 milhões eram negros e negras, o equivalente a 71% do total. Entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º de 2020, cerca de 72% ou 8,1 milhões de negros e negras estavam em situação vulnerável no país (DIEESE, 2020, p.3).

Esses dados nos ajudam a pensar e a indagar a função social, política, econômica e pedagógica que a Educação de Jovens e Adultos possui na sociedade brasileira. Em tempos de segregação, individualização e hierarquização dos sujeitos,

somados ao processo acelerado de desmonte da legislação protetiva do trabalho, ao avanço e consolidação das políticas neoliberais e as vertentes catastróficas do retrato dos mundos do trabalho com acentuação do processo de precarização do trabalho, torna-se imperativo compreendermos de fato quem são os sujeitos da EJA.

A EJA do Precariado

A crise estrutural do capital, que desde os anos 70 imprime um ritmo cada vez mais destrutivo e degradante, se refaz dentro da sua própria lógica de acumulação, “uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais” (MÉSZÁROS, 2011, p.100). O capital que se expande, ao longo do tempo, procura desenvolver as mais diversas formas de exploração e vilipêndio da classe. O caráter destrutivo desta conexão, o trabalho transformado em mercadoria pelo capital (MARX, 2010), resulta em um processo consubstanciado na flexibilização, precarização, exploração, subcontratação, intermitência, desemprego estrutural e no desalento de uma imensidão de trabalhadores e trabalhadoras. O retrato da deterioração do trabalho se acentua cada vez mais com avanço das políticas de desestruturação das condições de reprodução da vida.

Essa crise é impulsionada pela mudança do paradigma da exploração do capital. A “acumulação flexível” (HARVEY, 2016) começou a desconstruir o padrão fordista de acumulação, transformando o capitalismo regulamentado em uma forma flexibilizada. Nas palavras de Harvey (2016, p.140), a “acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas”. Essa fluidez do capital resulta em uma maior volatilidade do capital financeiro, resultando em uma acentuada mobilidade e desestruturação do pacto.

O novo tempo da acumulação flexível, ao romper com o paradigma fordista e implementar uma nova fisionomia de exploração, de acordo com Druck (2011):

ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um *novo* modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo

conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p.42).

O desenvolvimento de um novo padrão de exploração impulsiona o agravamento do processo de precarização da vida da classe trabalhadora. Com a retirada de direitos e com o conseqüente aumento do processo de precarização do trabalho, evidencia-se uma relação diretamente proporcional à educação. Quanto mais o trabalho torna-se precarizado, quanto mais a classe-que-vive-do-trabalho perde seus direitos duramente conquistados, mas temos, no que tange à EJA, um campo político, social, cultural e educacional precarizado, em que as condições reais da vida material dificultam ou impossibilitam o processo de escolarização e a inserção dos sujeitos nos espaços formais de educação. A EJA está sob a tutela dos interesses do capital.

Os retratos da exploração do capital nos mostram, tanto na objetividade como na subjetividade, que a classe trabalhadora enfrenta a precarização cotidianamente no trabalho, nos espaços de sociabilidade, nos transportes de massa e nas escolas. Temos, portanto, uma conjuntura em que os trabalhadores e trabalhadoras se convertem, como o avanço do imperativo flexível, em uma massa precarizada. A EJA do precariado.

Entende-se aqui por precariado a definição construída por Ruy Braga. Para o autor, o precariado é formado pelo que Marx definiu como *superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*. Para Braga, essa noção:

permite-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. [...] enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como uma amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. [...] possibilita-nos tratar o precariado como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho* (BRAGA, 2012, p.18, grifos do autor).

Essa definição é importante pois nos permite balizar e compreender a realidade da classe trabalhadora brasileira e, conseqüentemente, as reais condições dos sujeitos da EJA.

O retrato da informalidade e do processo acentuado da precarização do trabalho mostra um contexto de:

ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob ameaça direta do desemprego (ANTUNES, 2020, p.72).

Para compreendermos quem são esses sujeitos que buscam no Encceja⁵ uma certificação de escolaridade e, conseqüentemente, uma ideia de melhoria nas condições de vida, analisemos o recorte de renda.

Tabela 1 - Renda Mensal da família por Salário-Mínimo⁶ (2017-2019)

	2017	2018	2019
Nenhuma Renda	86.320	95.158	182.826
Até 1	405.974	648.704	1.186.773
1 a 3	939.074	815.822	1.379.326
3 a 6	120.911	115.420	188.218
6 a 9	15.163	12.805	22.011
9 a 12	4.268	3.621	7.095
12 a 15	1.403	1.769	3.481
Mais de 15	2.423	2.250	3.654
Sem informação	24	2	2
Total	1.575.560	1.695.551	2.973.386

Fonte: Brasil. Inep/ Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Os números aqui apresentados mostram uma ampla maioria de trabalhadores e trabalhadoras na faixa de renda mensal da família com até 3 salários-mínimos, somados temos mais de 92,45% dos inscritos no Encceja em 2019. Todavia, um apontamento deve ser feito, pois ao selecionar, no ato de inscrição, a opção de renda dentro do intervalo de R\$ 954,01 até R\$ 2.862,00, muitos sujeitos podem

⁵ A partir das inscrições, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – coleta as informações dos inscritos e inscritas e produz um documento denominado de Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. Este arquivo contém características de pessoas inscritas para o Encceja Nacional, exterior e de pessoas privadas de liberdade – PPL –, como por exemplo, dados sobre cor/raça, idade, sexo, nível da prova, necessidade especial e outros. Alguns fatores de contexto são: renda mensal familiar, horas de trabalho, reprovação e consta o desempenho na prova de acordo com as áreas de conhecimento, tais como ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; redação; linguagem, códigos e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias. Para mais informações, ver: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

⁶ O fator de contexto 2.6 que aponta da renda mensal indicava o salário-mínimo de 2017 em R\$937,00 reais. Para os anos de 2018 e 2019, o salário-mínimo era de R\$954,00 reais.

estar mais próximos do rendimento familiar de até um salário-mínimo do que do valor máximo do recorte.

Em 2019, 1.572.817 (52,89%) declararam que dividiam o local de residência, variando de 1 a 3 moradores, já 1.179.924 (39,68%) indicaram que compartilhavam morada com 4 a 7 pessoas. Esses dados apontam para uma diluição da renda familiar, colocando a classe-que-vive-do-trabalho em uma situação de intensa precarização do trabalho e da dimensão da vida social (BRASIL, 2019). Parte dos que indicaram viver com a renda mensal de até três salários-mínimos pode compartilhá-la com até sete pessoas. A baixa remuneração empurra os alunos e alunas da EJA do precariado na intensa e cotidiana procura de melhores condições de vida. Nessa busca, podem desempenhar diversos turnos de trabalhos precarizados e mal remunerados, que, somados, continuam a ser insuficientes para a garantia de qualidade de vida para suas famílias. Do total de inscrições de 2019, 799.132 pessoas (26,87%) indicaram trabalhar mais de 40 horas semanais, o que reduz significativamente o tempo disponível para a efetivação do direito à educação nas unidades escolares. Ao passo que 737.970 pessoas (24,81%) declararam que trabalham até 10 horas por semana, ou seja, há uma significativa força de trabalho que se encontra subutilizada (BRASIL, 2019), servindo à informalidade e ao subemprego.

Ao analisar os elementos contidos na Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) um dado relevante, que pode passar despercebido, é a não indicação de local de trabalho e de horas trabalhadas semanalmente por parte dos inscritos e das inscritas.

Não dispor de informações no ato de inscrição,⁷ aponta para uma situação de intensificação e manutenção dos condicionantes da precariedade. A volatilidade de executar ou não uma atividade remunerada indica que em um determinado período, o trabalhador ou a trabalhadora enfrenta imensas dificuldades de conseguir e, por consequência, manter um emprego formal ou alguma atividade informal. A incerteza de não ter um local de trabalho determinado assinala para uma miríade de possibilidades em que não há horários, jornadas e locais fixos. Neste sentido, a disponibilidade, o trânsito, a remuneração por atividade exercida, a intermitência, a eventualidade e outras características fundamentais dão suporte ao trabalho

⁷ Outra possibilidade é o desejo de não indicar uma opção de forma deliberada, todavia o alto índice de semelhança entre os números, no limite, não sustenta tal análise.

precário, juntamente com a falta de precisão na contagem do tempo despendido de trabalho no cotidiano destes trabalhadores/as e a oscilação em maior ou menor escala da duração gasta na efetivação de um determinado tipo de trabalho.

A interseccionalidade na EJA do precariado

Na tabela 2, abaixo, é possível mensurar uma queda de matriculados⁸ entre 2018 e 2019; uma predominância de educandos e educandas da população negra nas escolas, aproximadamente 45% das matrículas efetuadas no ano de 2019; queda do número de inscritos que optaram por não declarar a cor/raça de cerca de 37% no mesmo ano. Apesar da diminuição das matrículas em 2019, houve uma ampliação, de forma proporcional, da presença das mulheres, ao passo que houve um encolhimento do número de homens matriculados.

Tabela 2 - Número de Matrículas por sexo⁹, cor/raça na Educação de Jovens e Adultos

	2017				2018				2019			
	Fem.	%	Masc.	%	Fem.	%	Mas.	%	Fem.	%	Masc.	%
Não declarada	667.779	18,5	744.891	20,6	647.857	18,2	705.893	19,9	595.799	18,1	628.507	19,1
Branca	279.540	7,7	293.758	8,1	278.609	7,8	290.407	8,1	261.529	7,9	267.097	8,1
Preta	88.217	2,4	104.095	2,8	92.774	2,6	105.073	2,9	87.778	2,6	96.396	2,9
Parda	663.944	18,4	718.170	19,9	674.761	19,0	711.476	20,0	635.334	19,4	666.054	20,3
NEGROS	752.161	20,9	822.265	22,8	767.535	21,6	816.549	23,0	723.112	22,0	762.450	23,2
Amarela	5.800	0,1	6.346	0,1	6.356	0,1	6.026	0,1	5.155	0,1	4.812	0,1
Indígena	13.341	0,3	12.835	0,3	13.642	0,3	13.114	0,3	12.867	0,3	12.340	0,3
Total	1.718.621	47,7	1.880.095	52,2	1.713.999	48,3	1.831.989	51,6	1.598.462	48,8	1.675.206	51,1
SOMA	3.598.716				3.545.988				3.273.668			

Fonte: Brasil. Inep/ Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2017-2019.

Destaca-se, também, a pouca flutuação de matriculados e matriculadas das populações indígenas, em que a porcentagem se mantém constante, todavia, quando adentramos no recorte de gênero, percebemos que houve mais mulheres nas salas de aula.

A considerável diferença da quantidade entre negros e brancos nas escolas de EJA é um retrato da realidade societal brasileira, como apontado anteriormente,

⁸ A queda de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil é uma realidade. Em seu artigo, Ventura e Oliveira (2020) nos mostram que houve uma perda de aproximadamente de 1,5 milhão de matrículas entre os anos de 2008 e 2018 nos sistemas educacionais dentro do território brasileiro, afirmando que há um processo de desmonte das políticas públicas de EJA no Brasil.

⁹ O recorte por sexo é proveniente da divisão feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – e não oferecem uma visão mais ampliada das relações de gênero na educação.

ao passo que tais condições influenciam substancialmente nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A divisão sexual e racial do trabalho historicamente construiu a base da desigualdade econômica, social e política. A interseccionalidade (COLLINS e BILGE, 2021) entre as categorias de raça, gênero, classe e geração fundamentam a constituição da educação de jovens e adultos da classe trabalhadora.

A seguir, temos a quantidade de inscrições entre os anos de 2017 e 2019:

Tabela 3 - Número de inscritos para o Encceja

Ano/Sexo	Feminino	Masculino	Total
2017	790.370	785.190	1.575.560
2018	880.182	815.369	1.695.551
2019	1.540.795	1.432.591	2.973.386

Fonte: Brasil. Inep/ Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Podemos notar, em um primeiro momento, o aumento expressivo no número de inscritos no decorrer dos três anos, sendo que temos 43% de crescimento em 2019 em relação ao ano de 2018, ao passo que temos a manutenção da maioria de mulheres que se inscreveram no exame. Em um apontamento prévio, é possível notar que essas mulheres procuraram o Encceja para obter a certificação da modalidade de uma forma mais rápida. Diferentemente dos dados de matrículas nas escolas formais de EJA, com mais matrículas de homens, mostrados na tabela 2, cujo processo de escolarização demanda mais tempo. Biroli (2016) nos dá uma pista da questão, ao afirmar que:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é colocada, assim, no cerne das formas de exploração características do sistema patriarcal no mundo capitalista. O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo (BIROLI, 2016, p.726).

O trabalho doméstico não remunerado sob a égide do cuidado e do amor é uma característica impeditiva para a plena realização das potencialidades das trabalhadoras-educandas nos espaços educacionais. Na perspectiva patriarcal, as mulheres, sejam elas mães, solteiras ou casadas, jovens, adultas e idosas, ou

mesmo aquelas que não são mães, possuem responsabilidades diretas na manutenção da estrutura da casa. Este trabalho não remunerado e sem hora específica para começar e terminar muitas vezes se apresenta enquanto obstáculo para a efetivação da escolaridade das mulheres, e em especial as mais pobres.

O imediatismo da certificação, a síntese do curto prazo, no limite, se justifica pelos condicionantes da divisão sexual do trabalho que a sociedade capitalista impõe. Possuir um certificado pode proporcionar, na individualidade, uma perspectiva de mudança social e econômica para diversas mulheres que despendem muito mais tempo de trabalho que os homens. Além disso, há os entraves impostos pela lógica patriarcal, na qual homens chegam a restringir a liberdade de suas companheiras e se opõem à ideia do seu crescimento pessoal/intelectual ou de que elas frequentem espaços escolares, distantes da vigilância de seus companheiros.

Tabela 4 - Número de inscritos no Encceja por cor/raça (2017 - 2019)

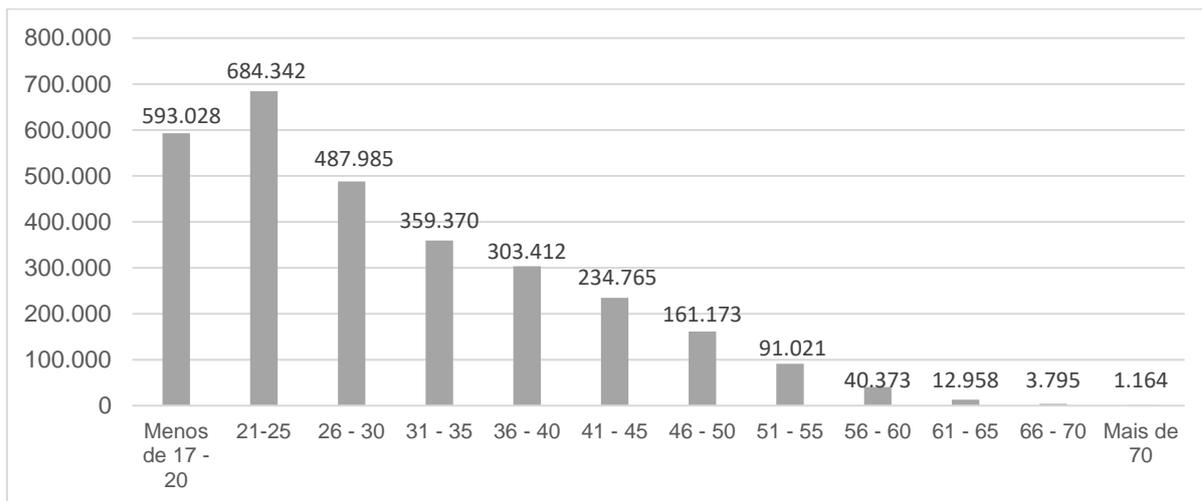
Cor/Raça	Não declarada	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não dispõe da informação
2017	49.433	609.550	186.576	690.503	29.658	9.817	23
2018	53.583	635.319	208.101	756.654	31.881	10.013	Sem dados
2019	96.312	1.051.992	390.436	1.363.838	53.381	17.427	Sem dados

Fonte: Brasil. Inep/ Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

A presença da população negra no Encceja também é massiva, semelhante ao percentual apontado das matrículas. São 58%, aproximadamente, das inscrições, indicando, mais uma vez, o processo histórico da exclusão escolar, social e racial que foi imposto a esta multidão precarizada e vilipendiada, expulsas do meio educacional. São maioria no exame e são a maioria da população brasileira. De acordo com Gomes (2011, p.101), esse “processo tão incrustado em nossa história social e política produziu um efeito perverso na relação que a sociedade brasileira estabelece com os ‘diferentes’, a saber, a naturalização das desigualdades” Esse *modus operandi* da lógica reprodutora das desigualdades sociais, políticas e econômicas exclui os sujeitos e os empurra, tanto para as salas de aula da EJA, como para exame de certificação, resultando no agravamento da precarização das formas de vivência da classe trabalhadora.

Dentre os inscritos de 2019, há um número significativo de adolescentes e jovens que escolheram realizar o exame, embora eles sempre estivessem presentes ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos. A “juventude sobrando” (GOUVEIA, 2019) precarizada recorre ao Encceja para obter a elevação da escolaridade de forma imediata, procurando lograr melhores condições de vida:

Gráfico 1 - Faixa Etária dos inscritos e inscritas do Encceja 2019



Fonte: Brasil. Inep/ Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2019.

Essa juventude que procura o Encceja objetiva alcançar patamares educacionais mais elevados que proporcionem melhores condições de trabalho, no entanto, esta lógica ainda favorece e reproduz a manutenção da precarização. Não há um processo de ruptura do nexo causal da exploração. Sem alternativa viável, esses jovens buscam meios informais para tecer outros caminhos possíveis. Plataformas digitais que sustentam o trabalho por aplicativos, o fenômeno da *uberização*, são possibilidades materiais. Abílio (2020) mostra como esse sistema de degradação do trabalho atinge de maneira estrutural a juventude periférica que tem seus modos de vida alterados e gerenciados:

[...] jovens desempregados, jovens em empregos de alta rotatividade, baixa remuneração e informais passam então a acessar um novo meio de geração de ocupação e renda, para o qual é necessário simplesmente aderir, ter um cadastro aprovado, fazer um investimento econômico mínimo e criar estratégias próprias de manutenção na atividade (ABÍLIO, 2020, p. 587).

Trabalhando ininterruptamente, sem folga ou descanso adequado, com jornadas de 9 a 10 horas, essa multidão sofre os condicionantes do controle, da

necessidade de uma produtividade excessiva, com entregas e mais entregas, torcendo para não sofrer represálias ou exclusões, devido a qualquer avaliação negativa, e desmandos despóticos de gestores/supervisores que, com alguns cliques, desmontam quaisquer possibilidades de conquista e/ou manutenção da renda. É a síntese de um retrato precário dos 1.765.355 adolescentes e jovens inscritos para o Encceja em 2019, que buscavam uma chance em “melhores” postos de trabalho.

Temos que essa quase equiparação entre o número de inscritos do Encceja em relação aos da EJA nas unidades formais de educação estejam relacionados. Além da questão da certificação e do aumento significativo entre os sujeitos que se inscreveram entre 2018 e 2019, somados aos dados analisados, verifica-se um retrato que se consolida cada vez mais, do qual Rummert (2019, p. 340) chama a atenção para o processo gradual de precarização e desmonte das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos: “formações precárias para trabalhos precários”.

Para a autora, no que tange às políticas de certificação, há uma:

ênfase na promoção de rearranjos escolares denominados como de aceleração, aligeirados e precários, que se apresentam como alternativa ao considerado longo percurso escolar e anunciados como mais adequados para quem não pode perder tempo mas que, na verdade, atendem aos interesses da ótica gerencial de correção de fluxo idade-série e de redução de custos (RUMMERT, 2019, p. 389).

Esse processo intenso e mitigado de certificação pela certificação, ou “certificação vazia”, como afirma Kuenzer (*apud* RUMMERT, 2019, p. 389), amalgamado pela “ótica gerencial”, é sustentado pela lógica imperativa da flexibilidade e do curto prazo. O precariado ou proletariado precarizado, que demanda e compreende às políticas de Educação de Jovens e Adultos como uma alternativa para a superação subjetiva das condições de vida, recai em uma razão destrutiva.

Os sujeitos de EJA se encontram em um universo conjuntural que os coloca em uma condição de reprodução do processo de constituição da desigualdade econômica, social e educacional no qual eles estão inseridos. Desta maneira, temos que compreender que “a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica

do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação” (DRUCK, 2011, p. 43).

Tal perspectiva de dominação, sob a manutenção e intensificação da precariedade do trabalho e da vida, é evidenciada pelos dados do Encceja que informam se o inscrito ou a inscrita possui um trabalho ou não no ato da inscrição¹⁰. Dos 2.973.386 de pessoas que efetuaram a adesão ao exame, 64% declararam que trabalhavam quando do ato da inscrição (1.909.471), 13% apontaram que não trabalhavam (387.792) e 23% (676.123) não dispunham da informação (BRASIL, 2019). Dos que indicaram que possuíam trabalho, temos que 32 % trabalhavam no setor de serviços¹¹. A tabela a seguir nos ajuda a esmiuçar os espaços de trabalho dessa EJA do precariado.

Tabela 5 – Trabalhadores do setor de serviços

Profissão	Quantidade
Profissional Liberal	15.106
Trabalha em casa (informal)	72.394
Construção Civil	99.150
Informal	121.489
Trabalho Doméstico	154.209
Comércio	505.034
Total	967.382

Fonte: Brasil. Inep/ Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) 2019.

Os trabalhadores e trabalhadoras do setor de serviços se encontram em um processo intenso de extração das condições de sobrevivência, uma vez que a condição da acumulação flexível a tudo transforma em uma conjuntura incerta e volátil, com a expansão da precariedade do trabalho e alta rotatividade que o mercado de trabalho impõe à classe trabalhadora.

¹⁰ O fator de contexto 2.19 que consta na Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) disponibiliza como preferência de escolha as seguintes opções: Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca; Na indústria; Na construção civil; No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços; Como funcionário (a) do governo federal, estadual ou municipal; Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo); Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.; No lar (sem remuneração); Outro; Não trabalho; Não dispõe da informação.

¹¹ Foram incluídos nesta porcentagem os seguintes recortes: Na construção civil; No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo); Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.

Como aponta Antunes (2020), a flexibilidade que o capital exige do proletariado de serviços resulta em um sistema cada vez mais destrutivo:

O trabalho que os capitais exigem é aquele mais *flexível* possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de “metas” é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior (ANTUNES, 2020, p.38).

Essa condição impulsiona, por parte dos sujeitos da EJA, uma tentativa de saída deste cenário de aprofundamento das desigualdades e exploração do trabalho através da certificação de escolaridade.

O paradigma da dignidade provisória

O movimento de voltar à escola requer alguns condicionantes, tais como tempo, disponibilidade e condições materiais, para conseguir manter um processo contínuo de educação e escolarização. Os trabalhadores e trabalhadoras que chegam à escola são constituídos de experiências diversas de exclusão, expulsão, precarização e negação do direito à educação.

É muito comum, nas salas de aulas espalhadas pelo território brasileiro, encontrar educandos e educandas que vão para a EJA em busca de melhores condições de vida e de trabalho. É usual e indispensável pautar, no começo do desenvolvimento educacional, o porquê da volta aos estudos ou da entrada pela primeira vez. É fundamental, para o fazer dos educandos e dos educadores, compreender a realidade e as experiências vividas por estes sujeitos (FREIRE, 2017).

As respostas podem ser, e com certeza são, das mais variadas e diversas possíveis. Todavia, há uma infinidade de educandos e educandas que respondem que voltaram a estudar para “dar um futuro melhor para seus familiares”; “ser alguém na vida”; “mudar de vida”; “conseguir um emprego”; progredir no emprego atual; “conseguir um emprego melhor”. Existem casos em que a volta ou o início dos estudos esteja ligado à vergonha, constrangimento, humilhação.

A utilização dos verbos “mudar”, “dar”, “conseguir”, “progredir” e “melhorar”, que pressupõe mudança e movimento, são extremamente presentes e corriqueiros,

apontando para uma percepção de que a realidade destes sujeitos é, de certa forma, insuficiente. Ao retornarem às salas de aula ou ao buscarem a certificação via Encceja, estes sujeitos se colocam na condição constante de buscarem algo, serem alguém, tornarem-se, almejem ser.

Temos aqui, portanto, o princípio da dignidade, que, embora ser digno de algo faça sentido na individualidade e na subjetividade destes sujeitos, constitua na conjuntura da intensificação da flexibilização e das incertezas das circunstâncias globais um paradigma inalcançável, visto que sempre haverá uma mudança “na linha de chegada”, pois os padrões impostos são ressignificados constantemente. “Conseguir um emprego, progredir no emprego atual e conseguir um emprego melhor” (BRASIL, 2019) sempre será uma característica constante na vida da EJA do precariado que busca, incessantemente, uma forma digna de se viver.

Em "Corrosão do caráter", Sennett (2012) nos oferece pistas para compreender esse círculo vicioso. Para o autor, a condição da consolidação e expansão do capitalismo flexível resultou no aumento dos riscos de manutenção do trabalho, na intensificação da lógica do curto prazo, na deterioração das relações familiares, sociais e políticas e na amplificação das incertezas e instabilidades das conexões entre os trabalhadores e trabalhadoras com os mundos do trabalho, compreendendo o caráter como “os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (SENNETT, 2012, p. 10). Na acumulação flexível, em que a precarização das condições do trabalho são regras fundamentais para o seu processo de acumulação, as virtudes e as experiências dos sujeitos se deterioram, os direitos são negados, as identidades profissionais refeitas cotidianamente, a insegurança estrutural torna-se norma:

As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. [...] o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável (SENNETT, 2012, p. 27).

O desmoronamento das relações sociais e econômicas no princípio da flexibilidade engendra uma condição de instabilidade no processo educacional na educação de jovens e adultos. As incertezas no trabalho, a imposição do curto prazo

e os riscos impostos pela precarização fazem com que os sujeitos entrem em um limbo contínuo.

Em 2019, dos 2.973.386 inscritos e inscritas, aproximadamente 35% responderam que o “principal motivo que o faria voltar a estudar ou continuar estudando” era para “conseguir um emprego melhor”, 30% disseram que era “conseguir um emprego”, 10% para “progredir no meu emprego atual” e 20% era para “adquirir mais conhecimento, ficar atualizado” (BRASIL, 2019)¹². Essas informações nos ajudam a mensurar a dimensão que perfaz o princípio da dignidade, nos fornecendo uma perspectiva mais ampliada da realidade da classe trabalhadora que busca nas salas de aula e no exame de certificação uma possibilidade de mudança da situação de precariedade e, conseqüentemente, na ruptura do paradigma da dignidade alienada e, portanto, provisória.

Compreender o *modus operandi* da dignidade alienada é vital para a construção e para a determinação de toda e qualquer ação que priorize a mudança e o rompimento do ciclo que se refaz constantemente. O trabalho é central na educação de jovens e adultos (VENTURA, 2008), não apenas por seus sujeitos serem trabalhadores e trabalhadoras em si, mas também porque é no trabalho que estes se constituem como seres sociais, pois o “ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social” (ANTUNES, 2015). Tal conjectura constitui o processo de alienação no qual o trabalho é concebido como forma de sobrevivência, em que os sujeitos são coisificados e transformados em aparência, alheios a si mesmos. István Mészáros (2006), esmiuçando a teoria marxista da alienação, nos fornece alguns princípios que nos ajudam a fundamentar o argumento do paradigma da dignidade alienada:

[...] inter-relação original do homem com a natureza é transformada na relação entre o **trabalho assalariado** e **capital**, e no que concerne ao trabalhador individual o objetivo de sua atividade está necessariamente confinado à sua autorreprodução como simples indivíduo, em seu ser físico. Assim os meios se tornam os fins últimos, enquanto os fins humanos são transformados em simples meios subordinados aos fins reificados (MÉSZÁROS, grifos do autor, 2006, p.82).

¹² Para este fator de contexto o INEP disponibilizou mais três opções de resposta que são: Atender à expectativa de meus familiares (79.789); não pretendo voltar a estudar (29.684); não dispõe da informação (2). Vale destacar que os inscritos e inscritas só podiam selecionar uma única opção.

Este processo que subalterniza, hierarquiza e aliena sob a égide do capital aparta o ser humano da natureza, colocando-o de forma externa a si mesmo.

“Conseguir um emprego”, “conseguir um emprego melhor” ou “progredir no emprego atual” não rompem com o processo condicionante da exploração do capital que reifica os sujeitos. O que está colocado nesta conjuntura é o ganho monetário, o dinheiro (MARX, 2010), como atributo edificante, cuja mudança de status “pode” acarretar, mas de maneira abstrata e provisória. O que se constitui, de fato, neste decurso, é a consolidação de uma dignidade que não dignifica, que acentua a manutenção da degradação e acelera a intensificação da precarização. Na individualidade não há mudança substantiva na vida material da classe trabalhadora, resultando na impossibilidade de uma saída da condição de precariado.

Conclusão

O que buscamos compreender neste artigo, por meio de dados estatísticos provenientes das inscrições para o Encceja, são as condições que a classe trabalhadora vive dentro do contexto do avanço das políticas destrutivas do neoliberalismo, ao mesmo tempo que procuramos entender as justificativas para o desejo de se buscar uma certificação de escolaridade. As escolhas que os inscritos e inscritas fazem no ato de adesão ao exame, ao informar seus dados, nos possibilitam ampliar a visão de quem são esses sujeitos e empreender uma análise para assimilar as suas situações.

O conceito de precariado (BRAGA, 2012) nos ajuda a expandir a compreensão sobre a condição desses sujeitos que buscam na escolarização uma forma de romper com a lógica que reproduz a desigualdade. O trabalho que cada vez mais se precariza, sem segurança, sem direitos, de curto prazo, flexível, empurra a EJA do precariado na procura interminável por uma dignidade que se constitui como algo inatingível, no limite, provisória.

O Encceja caminha a passos largos para se consolidar como via principal da política pública voltada para os excluídos do sistema escolar, resultando na intensificação da “desescolarização” da modalidade (NICODEMOS; SERRA, 2020). A queda no número de matriculados de um lado e o aumento das inscrições para o exame de outro, com uma proximidade equivalente entre os números, apontam, de

forma preliminar, na direção da certificação pela certificação, em uma espécie de “diploma de curta validade” (LAVAL, 2019).

O que se tem como ordem para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores nestes tempos de destruição de direitos é o aumento progressivo dos interesses do mercado que consolidam um nicho de venda de “aulas” preparatórias, apostilas e instrumentos pedagógicos. (VENTURA; OLIVEIRA, 2020). A norma neoliberal impõe à EJA os ditames do capital, reafirmando o ciclo interminável dos processos de individualização que o neoliberalismo inculca cotidianamente, empurrando uma multidão para um ciclo infundável de precarização.

O mito da empregabilidade, sob as diretrizes da meritocracia, constrói uma narrativa de que os sujeitos ao se “capacitarem”, ao se “reciclarem” ao pularem de curso em curso com poucas horas de duração, no *loop* eterno da lógica da “aprendizagem ao longo da vida” (LAVAL, 2019) e ao se tornarem empreendedores de si mesmos, conseguirão ascender a um outro patamar de vida, de dignidade. Um novo léxico que mascara a realidade da precarização. O que está disposto nesta conjuntura, para o precariado, é a redução a um ser sem vida, reproduzidor de uma trajetória sem saída. São corpos para o capital.

Mbembe (2018) sintetiza de forma precisa o panorama apresentado acima. Para o autor, a ordem neoliberal transforma os trabalhadores e as trabalhadoras em “*homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo*” controlados pelas regras e desejos do mercado:

[...] condenado à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto-prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro. (Mbembe, 2018, p.17).

Um outro que é exterior a si mesmo, em que suas identidades se perdem e toda sua força e vigor são cooptadas pelo capital. Vagantes constantes em busca de uma dignidade provisória, de curtíssimo prazo.

Assim, compreender efetivamente quem são os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos é ponto fundamental para toda e qualquer perspectiva de mudança para a educação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Pensar a EJA, partindo da centralidade do trabalho, estabelece uma condição essencial para a construção e efetivação de uma educação que rompa com a lógica produtivista de mão de obra que pensa estar sendo qualificada.

A condição da EJA do precariado e as metamorfoses do trabalho nos interrogam a pautar a conjuntura das políticas públicas desenvolvidas para estes sujeitos, ao mesmo tempo que nos provocam a repensar, efetivamente, o que fazemos nas salas de aula, desde a educação como política até as propostas curriculares e pedagógicas dos ensinos. Os educandos e as educandas da EJA são sujeitos ativos do processo histórico. A indiferença à situação da classe trabalhadora corrobora para a sua manutenção no universo da precarização, portanto é imperioso transgredir as formas de exclusão.

Referências

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1ªed. São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro, GOMES, Nilma Lino (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2012.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201690>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Fernanda. Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 26 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protger-a-classe/>. Acesso em 30 de janeiro de 2021.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. **Boletim especial**. n. 03. novembro de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Descaso e inépcia do governo em relação à pandemia aprofundam caos sanitário e econômico no Brasil. **Boletim de Conjuntura** - Número 28. – Abril/Maio de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura28.html>. Acesso em 02 de junho de 2021.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cadernos CRH**, Salvador, v.24, n. spe1, p.37-57, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio, GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro, GOMES, Nilma Lino (orgs). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos** 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. Faces da precarização do mundo do trabalho e a juventude sobrando. **Estudos IAT**, Salvador, v.4, n.1, p. 124-137, mar. 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**, Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos 2019**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/encceja>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos 2019**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/encceja>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos 2019**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/encceja>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino médio. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 1ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2011.

NICODEMOS, Alessandra. SERRA, Enio. Educação de Jovens e Adultos em contexto pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 3, p. 871-892, set./dez. 2020 (online). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n3.14>. Acesso em 13 de maio de 2021.

RUMMERT, Sonia. M. A educação de jovens e adultos da classe trabalhadora sob o fogo cruzado da pedagogia do medo. **Educação**, Porto Alegre, 42(3), 387-395. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33784>. Acesso em 07 de maio 2020.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: O desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

THOMPSON. Edward Palmer. **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VENTURA, Jaqueline. OLIVEIRA, Francisco G. R. A travessia “do EJA” ao Enceja: Será o mercado da educação não formal o novo rumo da EJA no Brasil? **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 03, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/9427>. Acesso em 01 de março de 2021.

_____. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora?** Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. 2008. 302f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.